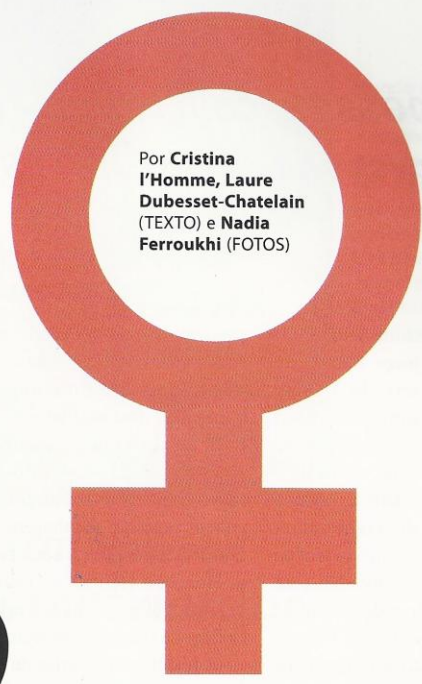
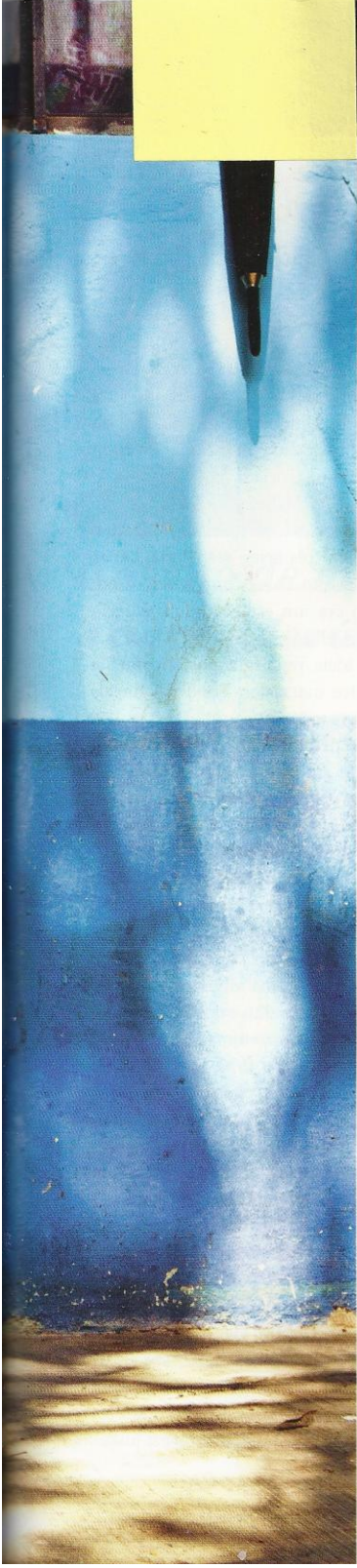




Juchitán, no sudeste do México, resiste ao domínio masculino. Os chefes de famílias são as mulheres, que transferem nome e propriedade aos descendentes. Elas são socialmente ativas; como Judith Lopez, que fundou uma associação para a luta contra a aids

#SEXOS



Por **Cristina l'Homme, Laure Dubesset-Chatelain** (TEXTO) e **Nadia Ferroukhi** (FOTOS)

O poder das mães

Há lugares no mundo onde as mulheres tradicionalmente chefiam e comandam a família. Apesar disso, essas sociedades matriarcais mantêm um equilíbrio justo entre os interesses dos sexos

Nomes, posses, costumes – em sociedades matrilineares são as mulheres que repassam tudo

Winnie sempre começa suas palestras do mesmo jeito. “Eu nasci no clã de minha mãe”, os *naakaii dine’* é, que quer dizer “nômades”. Só então ela se refere ao clã de seu pai, os *ta’néézhnii*, “os perdidos”. A maneira como ela tem de se apresentar é algo que aprendeu com sua mãe e sua avó – como todos os outros fundamentos da cultura navajo. Winnie interiorizou suas tradições muito mais que outras, tanto que, com apenas 23 anos, foi eleita “Miss Navajo” – e, com isso, embaixadora oficial de uma cultura indígena muito especial: uma sociedade dominada por mulheres que existe na Reserva dos Navajos, a maior reserva indígena dos Estados Unidos, localizada entre os estados do Arizona, Utah e Novo México.

Winnie vive em uma comunidade que os antropólogos chamam de matrilinear. O termo refere-se apenas à descendência e hierarquia sucessória, e não ao exercício do domínio político, que caracteriza os chamados matriarcados. No entanto, independente de se tratar de descendência ou política – ou ambos – as sociedades dominadas por mulheres constituem exceções em nosso mundo majoritariamente patriarcal.

A fotógrafa Nadia Ferroukhi pesquisou em dez países diferentes da África, Ásia e América do Norte. Ao longo de cinco anos, ela obteve raros vislumbres dos tecidos sociais nos quais são exclusivamente as mulheres que transmitem o nome, as posses, os costumes e os conhecimentos culturais de uma geração para a outra. Mulheres que mantêm o

passado e o futuro unidos. Nessas sociedades, tudo depende de qual mãe ou avó alguém descende – não importa se é um homem ou uma mulher.

“É por isso que o nascimento de meninas é considerado muito mais significativo que o de meninos, já que estes não podem repassar a linhagem da mãe aos seus filhos”, explica a antropóloga francesa Françoise Héritier, sucessora do famoso antropólogo Claude Lévi-Strauss no Collège de France, onde lecionou até 1998.

A história das teorias do matriarcado é muito mais antiga. Ela teve início com o jurista e pesquisador da Antiguidade suíço Johann Jakob Bachofen e sua principal obra, *O direito materno*, publicada em 1861. Para Bachofen o domínio feminino era uma etapa natural da história da humanidade, que ele dividiu em três fases. De acordo com ele, em sua primeira forma original não havia casamentos ou leis que regessem as relações entre os sexos. Nesse período histórico de “acasalamento livre”, a paternidade era algo desconhecido. Em compensação, vigorava fortemente um “direito materno” que, do ponto de vista de Bachofen, era um termo correspondente à atual noção da matrilinearidade.

Para pôr um fim à anarquia sexual, as mulheres impuseram o matriarcado, que posteriormente foi derrubado pelos homens. Eles impuseram o patriarcado – que Bachofen questionou como um sistema social funcional.

A teoria do suíço foi retomada apenas dez anos depois, em 1871, pelo americano Lewis Henry Morgan, um dos fundadores da etnologia. Ele empreendeu a primeira pesquisa de campo dedicada

à questão dos gêneros – no exemplo da tribo indígena dos iroqueses, no leste dos Estados Unidos. Os estudos realizados nessa sociedade matrilinear levaram Morgan a uma teoria própria (embora semelhante à de Bachofen) sobre a história do desenvolvimento humano, também dividida em três fases: selvageria, barbárie e civilização. Para Morgan, o domínio feminino era um estágio intermediário da fase da selvageria.

Essa ideia ressurgiu posteriormente em escritos marxistas. Friedrich Engels considerava o patriarcado, a partir das teorias de desenvolvimento de Bachofen e Morgan, um tipo prejudicial de opressão paterna e predomínio masculino. Ao mesmo tempo, porém, ele considerava a predominância masculina sobre a propriedade privada injustificada e como origem das desigualdades materiais. O matriarcado, por outro lado, para ele era um “paraíso perdido”, uma forma social que significava uma divisão melhor e mais justa do trabalho e dos bens.

Essa noção foi retomada pelas feministas da década de 1970, especialmente nos Estados Unidos, onde elas foram inspiradas por Evelyn Reed, uma proeminente defensora dos direitos das mulheres e comunista americana. Elas entendiam que as primeiras sociedades femininas eram a prova de que o sexo feminino tinha contribuído tanto quanto o masculino – senão mais – para o progresso da humanidade. Além disso, segundo elas, essa forma ancestral de sociedade mostrava que os dois sexos eram capazes de conviver sem discriminação mútua – em um mundo no qual os direitos e as obrigações eram distribuídos de forma justa.



Mundo ao avesso: as aldeias dos musuo matrilineares, no sudoeste da China, são uma atração turística que atrai muitos jovens casais chineses. Eles passam sua lua de mel nesse lugar, que desconhece o que é o casamento

O estilo de vida ocidental ameaça a cultura dos últimos clãs matriarcais

Para Françoise Héritier, essa forma de interpretação da história “é uma figura mítica que nada tem a ver com a realidade”. Segundo ela, o elemento masculino dominou desde o início da humanidade. Outros pesquisadores são menos categóricos. A antropóloga Martine Gistine, da renomada École de Pratique des Hautes Études, em Paris, por exemplo, argumenta que o domínio feminino não poderia atender as expectativas sociais das feministas. No entanto, ela admite que existam culturas femininas, em que um equilíbrio justo de interesses entre homens e mulheres foi alcançado com sucesso.

Entre elas estão os zapotecas, no México, os minangkabau, na Indonésia, e os índios navajos, nos Estados Unidos. Todas essas sociedades se baseiam na linhagem feminina de descendência e ordem hierárquica de herança, sem, no entanto, excluir os homens. Títulos como “irmão”, “marido” ou “filho de” não desaparecem; mesmo porque os homens têm tarefas importantes, como ocupar cargos eletivos ou políticos, e até ser o “chefe” da aldeia. No entanto, eles não desfrutam de

uma “verdadeira autoridade” como maridos ou pais, apenas com, por exemplo, tios do lado materno – mesmo porque as mulheres ocupam a posição dominante na vida econômica, regulam as finanças e assumem importantes funções ritualísticas e ofícios religiosos.

Como em sociedades convencionais, no entanto, muitas vezes ocorrem agressões masculinas contra as mulheres: no México, por exemplo, as zapotecas desfrutam de grande respeito por causa de seu empenho nos negócios e como chefes de família. Ainda assim, de acordo com relatos de associações femininas locais, elas são frequentemente vítimas de violência doméstica.

Nas sociedades matrilineares essa não é uma questão de convivência, pois ela difere muito de país a país. Entre os musuo, na China, por exemplo, o pai e a mãe só vivem juntos debaixo do mesmo teto temporariamente; enquanto entre os matrilineares sereer ndut sengal as mulheres se mudam para a casa dos maridos. Os bijagós da Guiné-Bissau, visitados por Nadia Ferroukhi, se atêm a um costume exatamente oposto:

de acordo com a tradição, o marido se muda para a casa da esposa.

Apesar de todas as diferenças, as sociedades matrilineares têm uma coisa em comum: uma existência incerta. Elas já foram enfraquecidas no passado: pelos poderes coloniais e seus missionários que procuraram impor a supremacia do homem. Agora os clãs de mulheres têm de lutar contra o estilo de vida ocidental – e, com isso, novamente contra a supremacia masculina. A globalização econômica, a mídia, os turistas os estão sepultando nos cantos mais remotos da Terra.

Essas sociedades também têm que se “defender” da ocidentalização de seus próprios países: no sudeste da China, as aldeias dos musuo atraem anualmente mais de 100 mil visitantes, na maioria chineses. Curiosamente, são casais jovens que viajam ao “reino das mulheres”, tão promovido pelas agências de turismo. É ali que eles passam sua lua de mel e muitas vezes se apresentam de forma clássica: ela num vestido branco e ele num terno de três peças, com colete. Tudo em um só lugar, onde não existem casamentos. Ainda não. ■



A ilha das sacerdotisas – CANHABAQUE, GUINÉ-BISSAU

A ilha de Canhabaque tem uma tradição rebelde. Ela é a menor das 88 ilhas do arquipélago dos Bijagós, localizado ao largo da costa desse país da África ocidental. No entanto, ela resistiu por muito tempo aos senhores coloniais portugueses – e manteve suas tradições matrilineares. Ali as mães determinam os nomes dos filhos e o casamento não implica que os cônjuges vivam juntos

nem que os pais tenham qualquer autoridade especial, embora as tarefas políticas recaiam sobre eles. Algumas aldeias, como Inorei, no norte, são governadas por um rei, o oronho. Este, por sua vez, é eleito por um Conselho de Mulheres e deve ter uma consideração especial pela okinka, a sacerdotisa que ele nomeia de acordo com a indicação do conselho. Ela precisa ter nascido

na aldeia e – como todas as mulheres – passar por um rito de iniciação feminino. No final, a mulher toma posse do espírito de um menino morto; ou seja, de alguém que ainda não foi iniciado como homem. Nessa cerimônia a sacerdotisa estabelece um vínculo com os espíritos – um status que a torna uma intocável, que desfruta de grande respeito.



O reino das teças – JUCHITÁN, MÉXICO

Juchitán é uma pequena cidade do estado de Oaxaca, no sul do México – e um dos centros culturais da antiga cultura zapoteca. Os zapotecas pertenciam à população ancestral do México, possuíam e ainda possuem sua própria língua e lugares onde as mulheres não apenas dão o tom, mas basicamente moldam a sociedade. As *teças*, as mulheres, também são os pilares econômicos da cidade. Dizem que sem as 48.000 mulheres, os 46.000 homens não poderiam sobreviver. Independente da

atividade – sejam pescadores, camponeses, ou artesãos – os homens trabalham e entregam seus produtos em casa para que, em seguida, suas mulheres ganhem dinheiro com eles, como investidoras, comerciantes e vendedoras habilidosas. A saúde da comunidade também está nas mãos das mulheres: especialmente nas das curandeiras, que repassam seus poderes às suas filhas. A preservação do idioma zapoteca, considerado uma língua minoritária ameaçada, também é uma tarefa das mulheres

– seja no papel de mãe ou professora. Em Juchitán, porém, não existe apenas o gênero feminino ou masculino: a bissexualidade é amplamente disseminada na cidade, o que resulta em papéis bastante curiosos. Por exemplo, tradicionalmente são os *muxe* bissexuais que introduzem os meninos ao amor, para assim proteger a virgindade das meninas antes do casamento. Esse costume, no entanto, está desaparecendo, como muitos outros da cidade das mulheres.



Nenhum paraíso para os herdeiros de Adão. Aqui os homens trabalham e as mulheres ganham dinheiro com isso

A maior sociedade matrilinear – BUKITTINGI, INDONÉSIA



Os minangkabau mostram que – apesar de todas as dúvidas – o Islã e o domínio feminino podem coexistir. Esse povo indonésio, de cinco milhões de pessoas, dos quais quatro milhões vivem em Sumatra, é muçulmano, mas ao mesmo tempo respeita o *adat*, um direito consuetudinário que remonta aos tempos animistas. Essa lei determina que todas as terras, posses e o nome são repassados

de mãe para filha. No dia do casamento, a noiva busca seu futuro marido na casa dele para introduzi-lo em sua própria família; no caso de um divórcio, os bens comuns ficam com ela – assim como a responsabilidade pelas crianças. Nessa sociedade, os meninos também passam por um ciclo fixo: eles saem da casa materna aos 7 anos para serem educados em um centro religioso. Quando atingem

a adolescência, eles se mudam para o exterior a fim de trabalhar e aprender alguma profissão, para posteriormente retornarem com os novos conhecimentos às suas aldeias, onde são acolhidos no Conselho dos Homens, presidido pelos *mamaks*, os tios do lado materno. O título de *mamak* é o único admitido oficialmente para os homens.



A alma dos índios navajos – WINDOW ROCK, EUA



Os navajos constituem a maior tribo indígena dos Estados Unidos com 300 mil integrantes e a mais extensa reserva do país. Sua sociedade matrilinear é marcada por inúmeras funções, cerimônias e títulos para as mulheres: desde a “Miss Navajo”, a mais importante embaixadora cultural eleita na capital da reserva, Window Rock, até o *kinaaldá*, o rito de introdução no mundo das mulheres, pelo qual as meninas passam após a primeira menstruação. Essa cerimônia, a mais importante de uma mulher navajo,

quando ela recebe seu próprio nome santo, manteve-se inalterada durante 500 anos. Ela começa em um *hogan*, uma tradicional habitação redonda (*rondavel*) de barro, onde a menina permanece durante quatro dias, enquanto as mulheres de sua família lhe trazem joias, vestidos e mocassins de camurça. Durante esse período ela precisa moer cereais, fazer a massa do pão e cortar um cordeiro profissionalmente em pedaços. Na última noite, vêm um xamã juntamente com os parentes mais importantes da garota. Todos

eles fazem parte da última cerimônia, ao final da qual a jovem que está se transformando em mulher se lava e, inspirada pelas almas de seus antepassados, corre em direção ao horizonte – perseguida pelas primas mais velhas – até ficar sem ar. Depois disso vem a etapa final: ela tem de levantar um bolo de milho, que está assando há dias sobre brasas em um buraco na terra, e dar o primeiro corte. Enquanto isso, o xamã a declara mulher e a ordena a transmitir a antiga sabedoria às suas filhas.



Uma aldeia sem homens – TUMAI, QUÊNIA



No idioma suaíle, “tumai” significa esperança. Um bom nome para uma aldeia que brotou da esperança de um recomeço. Em 2001, 30 mulheres do povo samburu resolveram colocar um fim aos abusos dos homens em casa e criar sua própria aldeia, 400 quilômetros ao norte de Nairóbi, a capital do Quênia. Elas se inspiraram em Umoja, um assentamento

feminino vizinho, que existe desde 1995. Atualmente já há 60 mulheres vivendo em Tumai – completamente sem homens. O contato sexual é permitido, mas somente fora da aldeia. Os filhos resultantes dessas uniões nascem em Tumai, mas precisam ir embora aos 16 anos. As meninas ficam – e não são circuncidadas, como é comum em

muitas partes do Quênia. Trabalho, comércio e escola – todas as decisões são tomadas por um conselho no qual cada moradora da aldeia é ouvida. Essa mesma congregação decide a inclusão de novas mulheres em Tumai. Para isso existe uma única condição: as candidatas precisam ser divorciadas, sem exceção.



No Quênia, as mulheres fundam novos assentamentos para viver de acordo com suas próprias regras